

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____/_____/_____
cod. 02100023

**RELATÓRIO DE CONSULTORIA
SMA/IF/KFW**

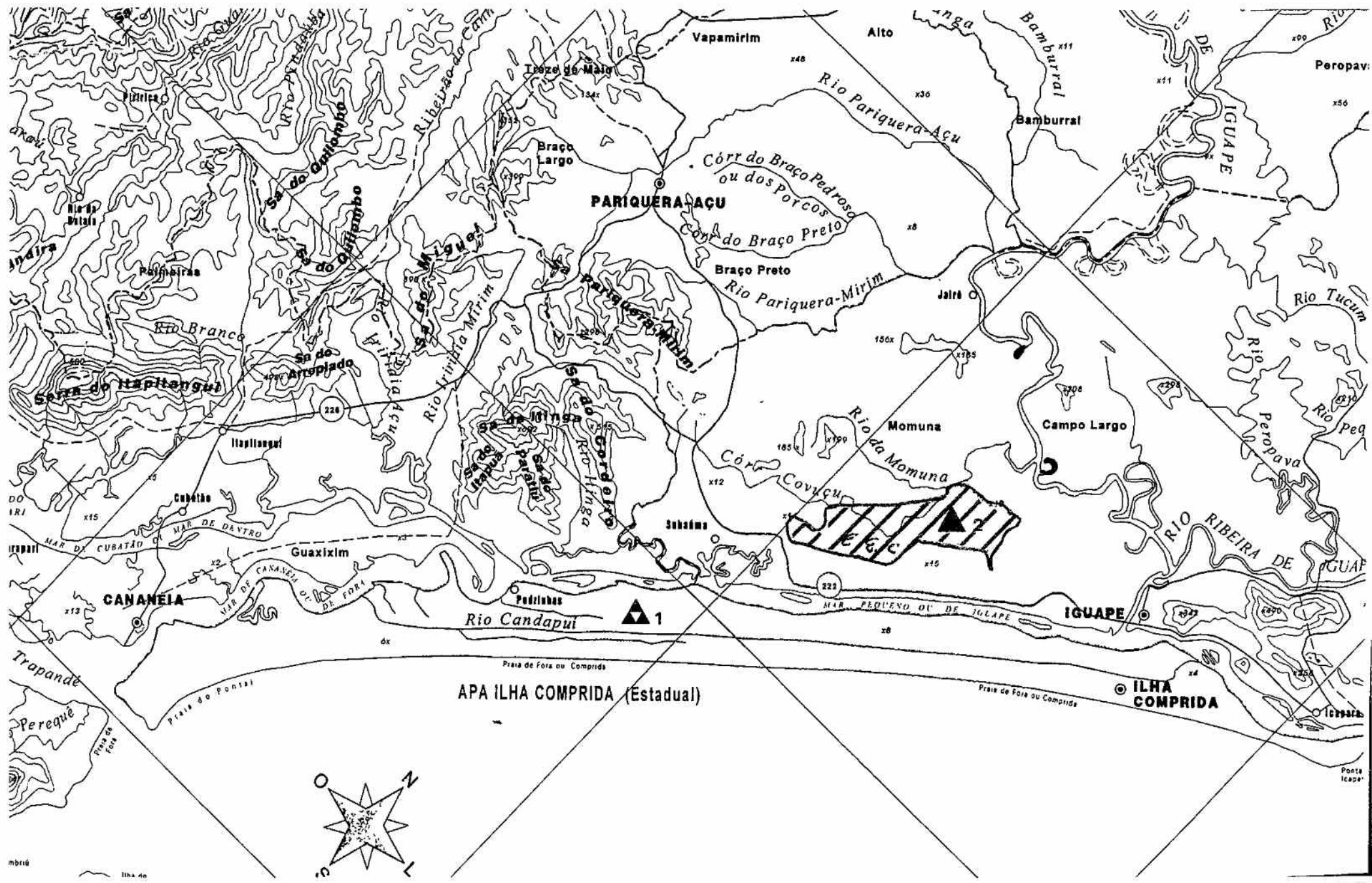
**CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO HUMANA
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CHAUÁS**
ISABELLE VIDAL GIANNINI.



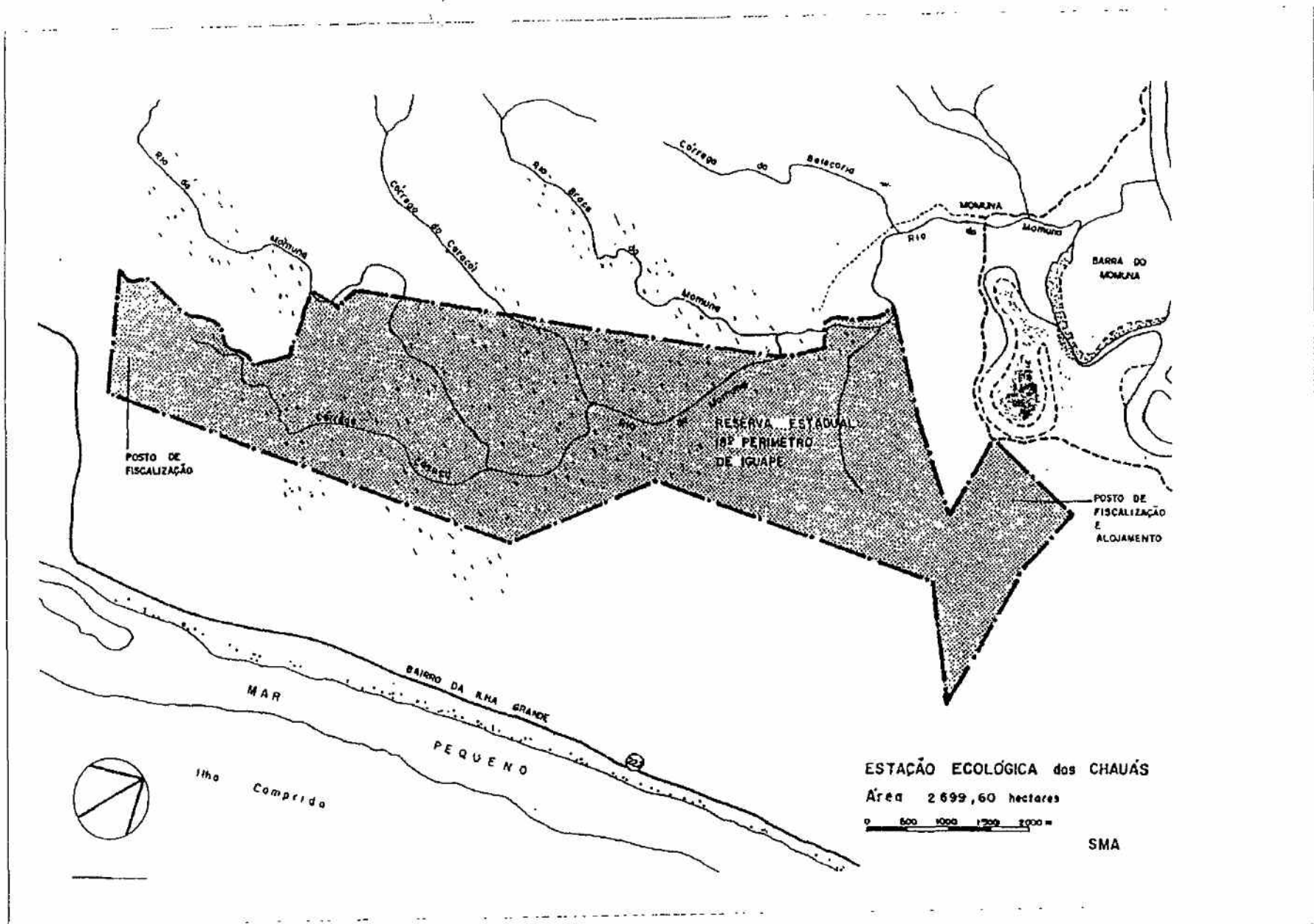
São Paulo - SP
junho de 1997

Índice

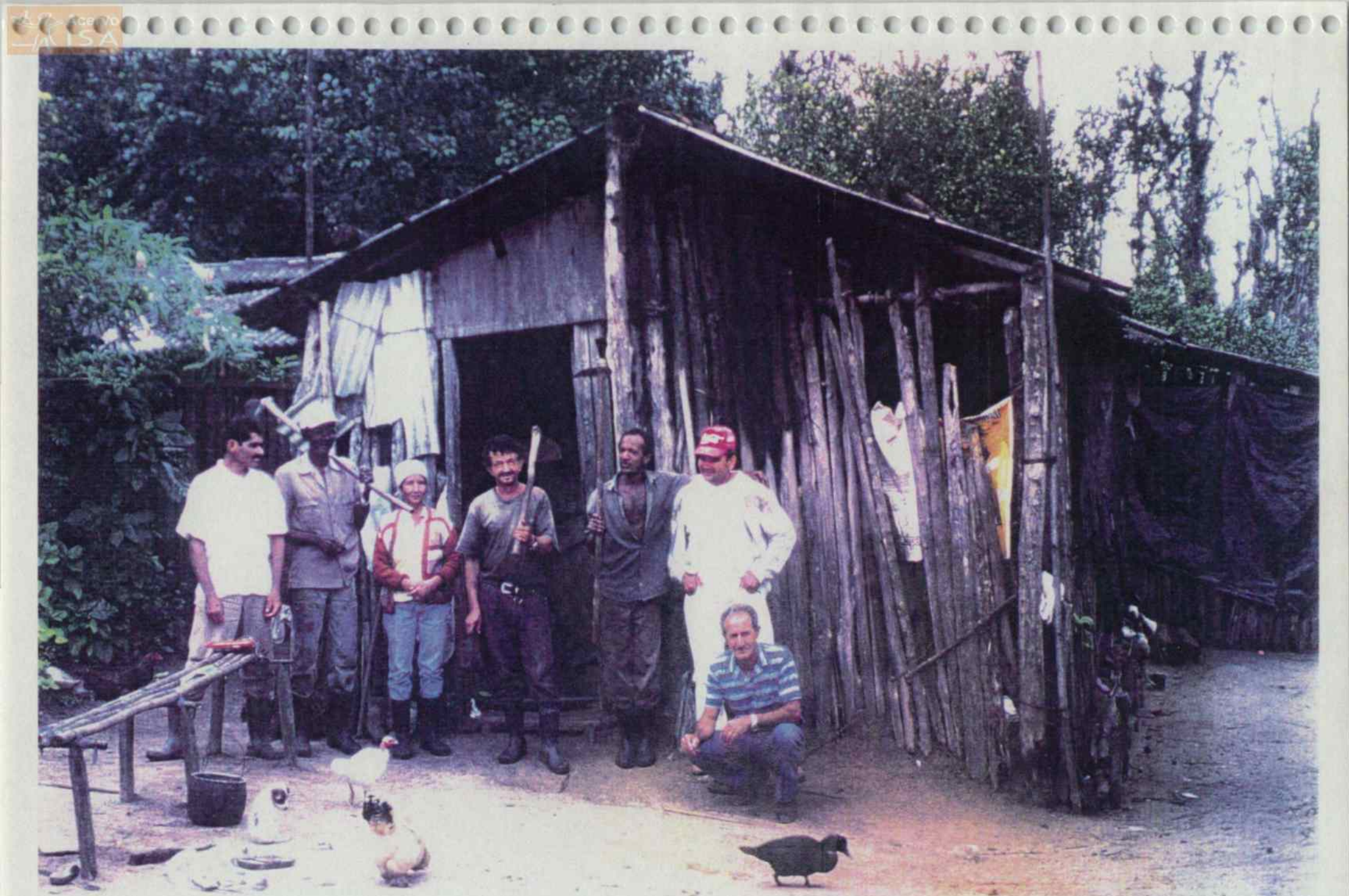
- 1 - Introdução
- 2 - Revisão Bibliográfica
- 3 - Aspectos históricos da ocupação
- 4 - Levantamento dos dados de campo
- 5 - Caracterização da situação atual
 - 5.1 - Tipo de Ocupação
 - 5.2 - Situação Jurídica
 - 5.3 - Categorias de produção
 - 5.4 - Caracterização das atividades econômicas
 - 5.5 - Caraterística sócio-cultural
- 6 - Caracterização sócio-econômica do município de Iguape
- 7 - Parâmetros utilizados na espacialização
- 8 - Considerações finais e sugestões de linha de pesquisa emergencial
- 9 - Referência Bibliográfica



APA ILHA COMPRIDA (Estadual)



ESTAÇÃO ECOLÓGICA dos CHAUÁS
Área 2 699,60 hectares
0 500 1000 1500 2000 m
SMA



1 Família Anriça de Rosseiro. Capuava do Romão.

1 - Introdução

Este trabalho foi realizado a pedido do Instituto Florestal e busca diagnosticar a ocupação humana do interior e entorno da Estação Ecológica de Chauás, criada pelo Decreto n.o 26.719 de 06/02/87, em área de terras devolutas vagas situadas no 18.o Perímetro de Iguape, objeto do Decreto n.o 12.327, de 26/09/78, e dá providências correlatas.

Este trabalho é um esforço para reverter um quadro de negligência perante a situação de implantação de Unidade de Conservação e a omissão do conhecimento da presença humana no local.

É importante ressaltar que à exceção de reservas biológicas e florestais, o Vale do Ribeira apresenta todas as categorias de unidade de conservação. Subtraindo-se as unidades de conservação restam cerca de 40% da área regional, incidindo ainda o Código Florestal que limita e disciplina o uso dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades econômicas. Boa parte desses 40% destina-se à preservação permanente, e 50% da dimensão de cada imóvel rural com até 50 hectares, constitui-se em área de reserva legal (Diegues, 1991).

Aproximadamente 5% do Município de Iguape, que corresponde a 10.597 hectares, fazem parte de estações ecológicas: 7.897,4 hectares integram a Estação Ecológica da Juréia-Itatins - Decreto Estadual no 24.676, de 20/01/86 - e 2.669,6 hectares integram a Estação Ecológica do Chauás.

A lei que conceitua juridicamente as Estações Ecológicas é a mesma que conceitua APAs, lei 6.902, de 27 de abril de 1981. Diz textualmente o artigo 1º “Estações Ecológicas são áreas representativas de ecossistemas brasileiros, destinadas à aplicação de pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista”.

Exige a lei que no mínimo 90% da área sejam destinadas em caráter permanente à preservação da biota. No restante, de acordo com o que dispuser um plano de zoneamento, poderá haver pesquisa e educação ambiental. A criação das Estações Ecológicas se dará sempre em terras de domínio público, assim a sua criação é uma forma de destinação irrevogável de bem público. A finalidade desejada pela lei é a preservação

da biota, a possibilidade de estudos que aumentam a capacitação humana de preservação, de tal forma que as Estações Ecológicas devam ser implantadas para permitir comparações com as áreas do mesmo ecossistema habitadas pelo homem, exatamente para aprofundar as pesquisas no sentido de racionalizar o uso dos recursos naturais (Carlos Marés, 1993).

A preocupação com as populações residentes no interior e no entorno das Unidades de Conservação é recente na política conservacionista mundial e nacional. O projeto de lei no 2.892 de 1992 que dispõe sobre os objetivos da criação de um sistema Nacional de Unidades de Conservação, assim como seus substitutivos, elaborado em 1993 pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pelo Deputado Fábio Feldman, e o produzido mais recentemente pelo Deputado Fernando Gabeira (1996) após debate dos grupos do Workshop "Políticas de Unidades de Conservação", realizado em 1994, representam avanços consideráveis dentro da atual política ambiental brasileira, no sentido de incorporar o planejamento participativo e de se preocupar em assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, proteger e valorizar o conhecimento das populações tradicionais e suas formas de manejo do meio e uso de recursos, e assegurar a qualidade de vida das demais populações locais.

O presente estudo pretende fornecer subsídios ao conhecimento da área no que diz respeito à identificação e caracterização do perfil da ocupação humana em relação à Estação Ecológica de Chauás, indicando os vetores de pressão e os impactos sócio-ambientais-culturais na população.

2 - Revisão Bibliográfica

Há uma escassez de dados referentes à ocupação humana na região da Estação Ecológica de Chauás, porém é de suma importância o trabalho desenvolvido pelos estagiários Pierre Clavier e Gines Maldonado, da Escola Nacional Superior de Agricultura de Toulouse - CNEARC.ESAT - França - que, a pedido e sob orientação do Programa de Terra - PROTER, organização não governamental com sede em Iguape, realizaram um trabalho de diagnóstico sócio-econômico na comunidade Capuava do Momuna. O trabalho tem a intenção de iniciar e orientar as primeiras ações de um projeto de apoio aos pequenos agricultores.

Outro trabalho de peso para o entendimento da realidade social da região é "A caxeta no Vale do Ribeira (SP): estudo sócio - econômico da população vinculada à extração e ao desdobro da caxeta", realizado com a participação do Instituto Florestal e o Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil. Esta pesquisa teve como objetivo identificar o perfil sócio-econômico das populações que vivem da extração e beneficiamento da caxeta, assim como realizar uma análise econômica - financeira preliminar do processo de produção e beneficiamento da caxeta e uma análise da percepção que os caxeteiros tem sobre sua própria atividade e do processo de controle e fiscalização.

Com o intuito de se conhecer melhor os aspectos históricos da ocupação humana da área, foram consultadas as bibliografias sobre o Vale do Ribeira, assim como os diferentes planos e programas constituídos ao longo destes anos na região.

Ainda em relação direta com os trabalhos ora desenvolvidos pelo Instituto Florestal, consultamos o trabalho elaborado por Walquiria Moraes "Plano de Gestão - Fase I", resultado analítico do evento que ocorreu na sede regional do IBAMA, em Iguape, entre os dias 14 e 17 de abril de 1997, e cujo objetivo foi a elaboração participativa do Plano de Gestão e a elaboração das bases para o Plano de trabalho correspondente.

3 - Aspectos históricos da ocupação

Na bibliografia consultada percebe-se que o processo de ocupação humana no Vale do Ribeira esteve sempre ligado a ciclos econômicos de duração e resultados variáveis. O núcleo de Iguape surge com o desenvolvimento no século XVI das capitâneas hereditárias.

No século XVII Iguape atraía cada vez mais gente em busca de ouro e, em 1635, já possuía a Casa da Oficina Real de Fundição de Ouro. Esta foi a primeira Casa da Moeda do Brasil, hoje Museu Municipal de Iguape.

A decadência do garimpo, já no século seguinte, estabeleceu nova base econômica para a região com ênfase na agricultura de subsistência, e por volta de 1840, através das plantações de arroz. A partir de 1870 as evidências de recessão estão claras na região, acentuada pela construção da Estrada de Ferro Santos-Juquiá, no início do século XX, contribuindo ainda mais para o isolamento entre as cidades litorâneas e interioranas do Vale do Ribeira.

O desconhecimento dos produtores e a falta de incentivos governamentais foram gerando uma situação de impasse para a manutenção do desenvolvimento econômico da região. Para sobreviverem, os moradores do Vale do Ribeira estabeleceram um sistema de complementaridade econômica, pesca artesanal, agricultura, extrativismo vegetal e animal que perdura até hoje, acrescentando - se o comércio imobiliário e o turismo.

Atualmente, a legislação ambiental e a situação fundiária são os principais condicionantes de acesso aos recursos naturais no Vale do Ribeira.

4 - Levantamento dos dados de campo

Com a intenção de se conhecer melhor a ocupação e identificar os vetores de pressão existente no entorno da Estação Ecológica de Chauás, foram coletados dados sobre o cadastramento de pretendentes ao título de posse no Instituto de Terras/ITESP - Departamento de Regularização Fundiária, em Pariquera - Açu. Dados também foram obtidos no Departamento de Proteção dos Recursos Naturais/ DEPRN com a finalidade de verificar os pedidos de loteamento, desmatamento, manejo florestal e mineração e verificar a existência de multas na região. Efetuamos também uma verificação do cadastro atualizado de solicitação de autorização para loteamento "Relatório Geral da Situação Registrária dos Loteamentos da Comarca de Iguape/SP", elaborado pelo Serviço Registral de Imóveis e Anexos.

Foram realizadas entrevistas com o Diretor do Instituto Florestal/ Pariquera - Açu, do DEPRN/Iguape, com a assistente social do PROTER/Iguape e com os representantes da Associação do Pinheirinho e do Capuava do Momuna.

Após uma visão geral da região foi feita uma visita a campo com a intenção de observar as condições sócio-econômicas da população que habita os bairros de Capuava do Momuna, Momuna, Pinheirinho, Baicô, Cavalcante, passando pelo Rocio e contornando a estação ecológica pelo lado sul, observando a área dos antigos loteamentos.

As entrevistas foram realizadas de forma aleatória, sem questionário, com perguntas que foram exploradas conforme a abertura e a disponibilidade das informações por parte do entrevistado. As entrevistas foram basicamente orientadas para uma discussão prévia sobre a organização social dos ocupantes, nível de participação comunitária, problemas e perspectivas, assim como informações sobre o conhecimento que possuem da Estação Ecológica de Chauás.

As informações constantes deste relatório foram obtidas nos órgãos visitados, junto aos entrevistados e à população local, assim como na bibliografia consultada.

5 - Caracterização da situação atual

Existe, segundo os entrevistados, uma família com posse antiga no interior da E.E.C. Não foi possível fazer esta verificação no local devido à dificuldade de acesso.

A ocupação humana no entorno da Estação Ecológica é composta por uma diversidade social bastante acentuada, distinguindo-se quanto ao:

- tipo de ocupação
- situação jurídica
- uso dos recursos naturais
- principais atividades econômicas
- aspectos culturais

5.1. Tipo de Ocupação

A ocupação humana no entorno da Estação Ecológica de Chauás pode ser classificada em tradicional e adventícia.

As tradicionais caracterizam-se por serem uma população vivendo há pelo menos duas gerações na área, terem uma estreita relação com o meio ambiente, assim como possuírem um estreito conhecimento dos recursos naturais dos quais dependem para a sua reprodução sócio-cultural.

As populações não-tradicionais ou adventícias caracterizam-se por terem uma atividade de trabalho voltada para o setor da agricultura, especulação imobiliária ou produção de bens voltadas para a comercialização, por uma grande heterogeneidade cultural e histórica, desconhecimento do meio natural e com poucos vínculos de parentesco.

5.2. Situação Jurídica

Existem atualmente aproximadamente 242 pretendentes ao título de Domínio nas Terras Devolutas Estaduais, definidas atualmente como bairros do Cavalcante, Pinheirinho, Capuava do Momuna e Momuna. O cadastramento dos posseiros de Arataca e Capuava do Momuna pela Procuradoria Geral do Estado data de 1986 - Em agosto de 1989 o Departamento de Assentamento Fundiário, órgão da Secretaria de Estado da

Agricultura e Abastecimento, requereu a autorização de desmatamento para as áreas onde as restrições ambientais não fossem impeditivas para a introdução de culturas adaptadas. O requerimento frisa o fato da área ter como razão prioritária seu caráter social na forma de assentamento de trabalhadores rurais para produção de alimentos, enfatizando ainda que o projeto faz parte de uma proposta piloto de organização de pequena produção, objeto da política do Estado.

Em 1990, os posseiros contaram com a ajuda da Fundação Legião Brasileira de Assistência/LBA e entraram com novo pedido de escritura. Naquela época eram 200 agricultores. A situação atual é a mesma, havendo um intenso conflito com a legislação florestal em vigor, haja visto que para atender às necessidades de sobrevivência, estas famílias procederam a derrubadas de vegetação natural ilegalmente, gerando a aplicação de multas constantemente. Tais multas não geraram, como poderia se esperar, o cessar das ilegalidades, pois as derrubadas foram realizadas para atender às necessidades imediatas de sobrevivência destas famílias.

Não foi possível quantificar as propriedades com títulos definitivos existentes nesta região.

Evolução do Povoamento e da Questão Fundiária no Capuava do Momuna

	TEMPO	
	1985	1990 1995
1980 Chegada dos primeiros moradores	Transações Fundiárias intensa: venda Chegada dos segundos moradores. Diversas origens (urbana, agrícola)	Transações fundiárias escassas, marginais
Apropriação rápida das terras devolutas	Êxodo de uma parte dos fundadores	Ausência pronunciada e/ou propriedades desocupadas
Posseiros originários do Nordeste	aparecimento da categoria de caseiro e empregado rural	
Conflito fundiário importante	Início da legalização fundiária pela SUDELPA	Processo de legalização paralisado
		Chegada dos aposentados urbanos de São Paulo - Residências secundárias

Fonte: CNEARC. ESAT/1996

Do lado sul da Estação Ecológica de Chauás, à margem da BR 222, foram contabilizadas 64 propriedades particulares, somando 4.231,51 hectares, e cujos limites são a própria Estação. É bom lembrar que esta é uma área de restinga estando assim

sujeita à aplicação da Resolução n.º 7, de 23 de julho de 1996 no que se refere à implantação de quaisquer atividades no local.

Apesar do acesso aos dados do desdobramento da área em lotes, não foi possível examinar os que são títulos legítimos ou ilegítimos e nem tampouco se houve desmembramento e venda dos mesmos nos últimos anos. Pode-se verificar que a finalidade destas propriedades na década de 80 era de loteamentos. Atualmente há um abandono e uma estagnação das atividades no local, verificando-se somente a manutenção dos antigos arruamentos.

Foi verificada a existência de um encaminhamento ao DEPRN solicitando a abertura de ruas em um dos lotes. Pode-se verificar os pareceres emitidos. Todas as solicitações de permissão para loteamento que constam do “Relatório Geral da Situação Registrária dos Loteamentos da Comarca de Iguape” tem parecer “bloqueado” ou “cancelado”.

Nesta área, existe também um pedido de pesquisa para lavra de areia industrial encaminhado ao DEPRN/Pariquera-Açu por um proprietário da região.

5.3. Categorias de produção

Existem categorias diversas na relação ocupante/ área, tendo sido verificado serem as seguintes:

Posseiros: Os indivíduos que têm posse formada na área, embora não tenham título de propriedade (73% dos ocupantes). Dentro desta categoria estão os que vieram abrir a posse, ou seja, os que lá chegaram e desbravaram uma área para moradia e plantio, vivendo do trabalho na terra, assim como aqueles que adquiriram uma área através de compra e venda de direitos possessórios. A área de posse varia de 2 a 100 hectares. Há conflitos fundiários e áreas em litígio.

Proprietários: Existem atualmente médios e grandes proprietários sendo eles detentores de títulos de propriedade da terra.

Caseiros/Empregados: São empregados que trabalham ou “tomam conta” da terra para um posseiro ou proprietário, sendo remunerados ou não. (20% dos ocupantes)

Meeiros: Modalidade de produção na qual um indivíduo trabalha como produtor em uma determinada área sem ser empregado e nem dono da terra. A produção é dividida com o posseiro ou proprietário da terra. Muitos caseiros trabalham desta forma, seja nas terras das quais “tomam conta”, dividindo a produção com o patrão, seja em outras terras, pois em muitos casos existe um abandono total por parte do patrão.

Aposentados: Indivíduos cuja renda financeira é alheia à produção na área, advinda através de pensão ou ajuda de familiares, geralmente filhos, que trabalham na cidade. Possuem pequenos pomares, hortas e criação de pequenos animais para consumo próprio. Essa categoria é formada por indivíduos que deixaram a vida urbana para viver no campo ou por casais que, apesar do esfacelamento familiar, permaneceram na terra mas dela não conseguem retirar o necessário para o seu sustento.

Empregados rurais: Indivíduos que prestam serviços como diaristas ou empreiteiros. São compostos principalmente de caseiros abandonados por seus patrões e que não tem recursos para sair dali, ou por jovens com precária situação familiar.

5.4. Caracterização das atividades econômicas.



O uso dos recursos naturais é extremamente limitado devido à lei de proteção ambiental e das medidas tomadas contra os infratores pela Polícia Florestal e pelo IBAMA. Os dados aqui expostos são provenientes de entrevistas e fontes secundárias.

- **extrativismo e caça:** atividade existente na região apesar de não ser admitida pela população devido às rígidas restrições impostas pela lei. Esta atividade parece ter sua importância na complementaridade econômica de alguns núcleos familiares. Prevalece o extrativismo do palmito (giçara, indaiá e jarová), plantas ornamentais, corte de madeira para lenha, construção de casas, morrões e canoa

(jacatirão, guanandi, canela, cambuí, massaranduba e sassafraz), caxeta e fibra vegetal para a confecção de cestos, balaios, esteiras destinados ao uso doméstico. A caça clandestina se mantém para alguns (tatu, jacu, paca, capivara, nhambu, macuco,). A produção de carvão vegetal está paralisada, sendo realizada somente na área da plantação de pinus da CBR (Companhia Brasileira de Reflorestamento), com a autorização do IBAMA.

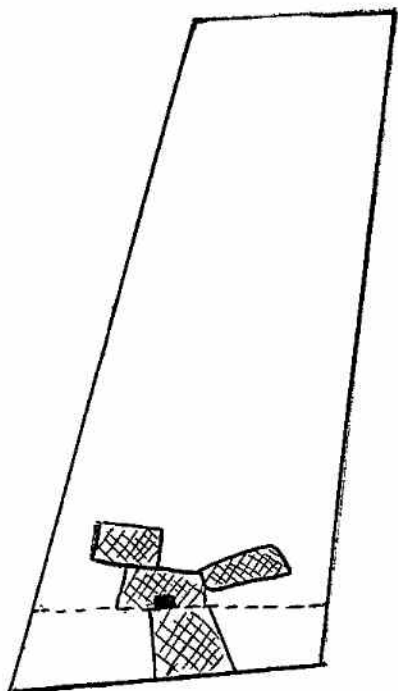
- **pesca:** a pesca é uma atividade crescente na região de Iguape, principalmente pela falta de alternativa dos produtores rurais e pelo declínio do extrativismo. Muitos agricultores e extrativistas de caxeta e palmito vivem atualmente da pesca da manjuba. Em Iguape, boa parte da população está voltada para a pesca, caracterizando-se pelo elevado número de pesca artesanal. Nos bairros de Capuava do Momuna, Momuna e Pinheirinho verificou-se a existência de açudes para o desenvolvimento de piscicultura, implantados no período de 1989/90, pelo Programa de Ação Comunitária Integrado do Vale do Ribeira (PACI-VR) e coordenado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA). Atualmente esta atividade é reprimida e os produtores são multados ao abrirem tanques para a criação de tilápias e carpas.
- **agropecuária:** A agricultura de subsistência (arroz, feijão e milho) persiste com muita dificuldade. A exploração econômica está baseada na plantação de mandioca (produção de farinha comercializada em Iguape e Parequera-Açu), maracujá e goiaba (comercializadas no CEASA de São Paulo), cana de açúcar (produção de aguardente em Pariquera-Açu) e a criação de gado de corte. Respeitando-se a lei, o desmatamento somente pode ocorrer com a autorização prévia do DEPRN e para agricultores com título de propriedade da terra. Todos os posseiros da região estão produzindo em área desmatada ilegalmente. A limitação do crescimento agrícola causada por uma rigorosa legislação ambiental, a falta de regularização fundiária, o abandono técnico e de infraestrutura e a dificuldade de se obter créditos financeiros estão orientando a população da região, principalmente os jovens, para o trabalho assalariado urbano como alternativa à produção agrícola.

- **artesanato:** o artesanato na região é constituído de peças utilitárias, tanto para uso doméstico como na agricultura e na pesca. A madeira e as fibras ocupam lugar de destaque. Pode-se destacar também a cerâmica produzida no bairro de Jairê. O artesanato não é, para a maioria dos artesãos, a principal fonte de renda, mas pode representar um complemento familiar.
- **mineração:** apesar do forte potencial mineração a exploração dos recursos minerais como argila, areia industrial e turfa está paralisada na região.
- **prestação de serviços:** este item tem um grau de importância na complementaridade econômica e no tempo despendido fora da produção. É uma importante fonte de renda externa.

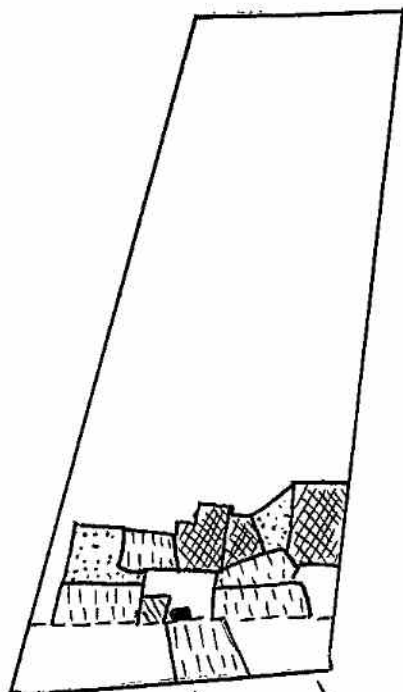
 Floresta Primária.
 Cultura de Subsistência.

 Pasto
 Agricultura Comercial.

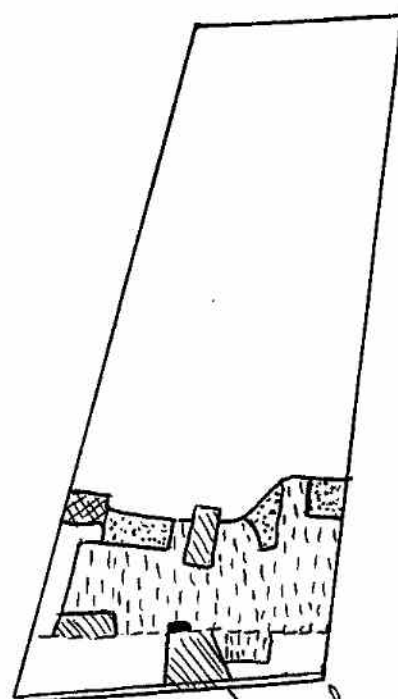
 Cagaena
 casa.
 Fuiha.




situação pioneira



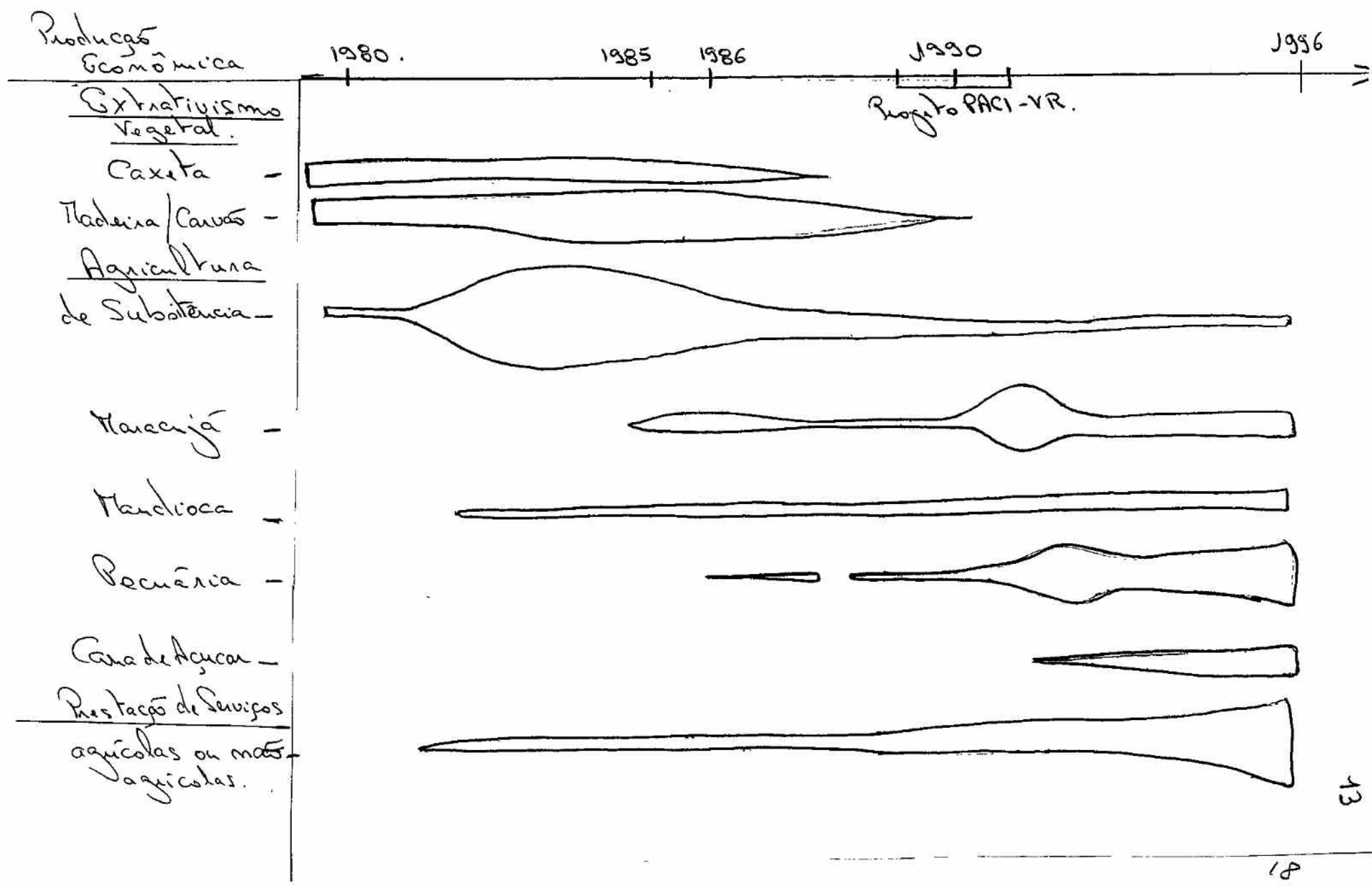
situação intermediária



situação atual.

 Escala.
 0 100m.

Transformações da paisagem no nível da produção agropecuária.
 dados de: Pierre Clavier et Gimes Maldonado. / 1996.



q



2 Tanque para bovinicultura - Bairro do Lencoisinho.



3 pecuária e explorações de Fusta. Baixo do Tomumo



4 Cultivo de Feijão + Fritas - Bairro do Rompema



5 Extracab Ilhad do Palmito - Estrada da Estrada Geológica de Chaves



o Rodrigoas de carvão (CBR/Companhia Brasileira de Reflorestamento).



7 Pecúnia - Bairro do Tomume -

5.5. Características Sócio - Culturais

A maior parte das comunidades localizadas a margem do Rio Ribeira são tradicionais (Bocuí, Momuna, Baicô, Vamiranga). As outras comunidades (Cavalcante, Pinheirinho, Capuava do Momuna e Arataca) surgem na década de 60 mas, a análise de fotos aéreas de 1962, 1974, 1981 mostra visivelmente o abandono da área na década de 70, causado pelas condições precárias da região e o êxodo rural em direção à Iguape. A comunidade atual é recente e bastante heterogênea, datando da década de 80, a partir da abertura da estrada BR 222 e formada por agricultores provenientes do sul (RGS e SC) e do nordeste (Ceara) do país além de empreendedores imobiliários da região de Iguape e São Paulo.

A região de maior estudo e com a qual deve-se ter uma maior preocupação é a do Momuna que engloba dois bairros, o Capuava do Momuna e Arataca. O Momuna abrange glebas devolutas perfazendo aproximadamente 4.339,65 hectares. A transferência total da área do Momuna para a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários ocorreu em 04/12/87, através do Decreto no. 27.874, com vistas à aplicação do disposto na Lei no. 4.957 de 30/12/85, que prevê a criação de um projeto de assentamento na área, dentro do plano de valorização de terras públicas (PACI-VR - 1990).

Os dois bairros juntos possuem população de pequenos produtores, a maioria descapitalizados e sem dedicação exclusiva à sua propriedade. Muitos possuem outras atividades, trabalhando em fazendas vizinhas, na cidade ou se dedicam ao extrativismo predatório.

A pecuária se desenvolve de forma mais intensiva nos bairros de Cavalcante e Momuna e as plantações de maracujá, goiaba e laranja nos bairros de Pinheirinho e Cavalcante.

Os produtores utilizam defensivos agrícolas e adubo, na maior parte de forma incorreta. Por outro lado, pode-se constatar a falta de critério para o desmatamento de uma área de produção agrícola ou formação de pastos assim como a não manutenção da mata ciliar. É sempre bom lembrar que os rios e córregos que banham a Estação Ecológica de Chauás tem suas cabeceiras fora da unidade de conservação.

Não existe uma delimitação precisa dos bairros do ponto de vista físico - administrativa e nem tampouco são constituídos ao redor de um núcleo. As residências estão distantes uma das outras e dispersas ao longo das precárias estradas de terra ou trilhas. Os limites são determinados socialmente pelo fato de uma família se definir como pertencendo ou não a um grupo. A noção de bairro parece não existir, os locais são mais conhecidos por referência geográfica ou pelo nome do ocupante mais conhecido.

A rede viária é precária, sem manutenção por parte da prefeitura de Iguape. Com raras exceções a estrada passa próxima a uma residência. A maioria dos habitantes só tem acesso a estrada a pé ou a cavalo, sendo difícil o escoamento de qualquer tipo de produção. O transporte da produção e das pessoas até a cidade é feito pela linha de ônibus que serve a região ou por caminhão dos intermediários, isto quando as condições climáticas permite.

Não existe escola na região, os que frequentam da 1ª a 4ª série estudam no bairro Jairê, os que frequentam da 5ª série em diante se deslocam até a cidade de Iguape, levando 2 horas para chegar à escola. O cansaço destes jovens explica a falta de rendimento e o alto grau de evasão escolar.

Não existe posto de saúde. Todos os entrevistados fazem uso de remédio caseiro. Nos casos mais graves as consultas são feitas em Pariquera-Açu ou Iguape. A instalação da rede elétrica ao longo da estrada é recente, e muitas residências ainda não dispõem deste serviço.

As casas são na sua maioria de pau a pique, sem infra-estrutura sanitária:

A igreja católica é pouco federativa. Constatam-se inúmeras vertentes religiosas cujos cultos semanais são realizados nas residências, por falta de local mais adequado.

O lazer se resume a campeonatos de futebol, poucas festas, promovidas pela igreja, e visita a parentes.

Apesar da existência de numerosas associações de bairros, da UAI (União das Associações de Iguape), não há de fato, na região como um todo, representatividade local. Há falta de liderança, de divulgação das informações e de participação comunitária. Falta sobretudo credibilidade em relação às propostas de implantação de projetos e, na

visão dos moradores, falta vontade para resolver os problemas relacionados ao desenvolvimento de suas atividades de produção.

É extremamente importante considerar as formas de organização dos grupos locais em torno de parâmetros familiares (troca de produtos, informações, visitas) formando “grupos de vizinhanças”. Uma primeira ação do tipo participativa deveria se concentrar na interlocução com estes grupos muito mais do que em associações de bairro.

Destacamos como proposta piloto bem sucedida o projeto de análise de solos desenvolvido entre o PROTER e os jovens do bairro de Pinheirinho.

6 - Caracterização sócio-econômica do município de Iguape

A partir de uma breve análise dos quadros apresentados abaixo podemos observar a seguinte situação:

- 1 - A densidade demográfica (no de habitantes por km²) de 1991 a 1996 está bem abaixo da média regional e estadual, fato que vem colaborar com possíveis ocupações planejadas.
- 2 - A taxa de crescimento demográfico anual obteve um pequeno decréscimo entre 1991 e 1996, induzindo a uma estabilidade demográfica nos próximos anos.
- 3 - O coeficiente de mortalidade infantil (em cada 1000 nascidos vivos) era superior a média regional e estadual em 1991 e inferior à média regional e superior a média estadual em 1993.
- 4 - O valor adicionado per capita do município, o qual revela o total da produção econômica agregada por habitante, aparenta tendência de declínio ao longo do período, fato que conduziu à estabilidade do Índice de Participação na quota do ICMS distribuído pelo Estado. Observa-se ainda que o valor adicionado per capita apresenta-se em nível inferior a média regional e estadual.
- 5 - A receita de impostos municipais per capita, mantém-se em níveis baixos, fato que induz à reduzida capacidade própria de investimento e conseqüente dependência de recursos dos governos do Estado e Federal.
- 6 - A ordem de classificação do município de Iguape no conjunto dos municípios do Estado de São Paulo pode ser visualizado no Quadro IV, onde conclui-se que as variações percentuais do município foram inferiores as variações médias de todo Estado de São Paulo, exceto quanto à Receita de Impostos municipais demonstrado no Quadro III.

Quadro I

Informações Sócio-Econômicas Regionais - 1991

Item	Iguape	Região de Registro	Estado de São Paulo
População	27.812	226.608	31.436.273
Dens. Demográfica hab/km ²	14,1	18,7	127,2
Taxa de Cresc. Popul. Anual	1,6	1,8	2,1
Taxa de Mortalidade Infantil	43,0	37,7	27,0
Superfície (km ²)	1.964	12.129	248.600
Taxa de Leitos por 1000hab.	2,1	2,5	3,0
Valor Adicionado/ICMS (R\$1.000,00)	13.285	288.360	142.049.572
Valor Adicionado per capita (R\$)	477	1272	4.518

Fonte: SEADE - 1991

Quadro II
Informações Sócio-Econômicas Regionais - 1993

Item	Iguape	Região de Registro	Estado de São Paulo
População	26.153	233.194	32.669.104
Dens. Demográfica hab/km ²	13,3	19,2	131,4
Taxa de Cresc. Popul. Anual	1,6	1,8	2,1
Taxa de Mortalidade Infantil	28,7	32,1	26,1
Superfície (km ²)	1.964	12.129	248.600
Taxa de Leitos por 1000hab	2,2	2,3	2,9
Valor Adicionado/ICMS (R\$1.000,00)	9.784	268.401	161.077.074
Valor Adicionado per capita (R\$)	374	1.150	4.930
Receita Municipal Própria (R\$1000,00)	1.208	12.327	3.889.333
Receita Municipal per capita (R\$)	46	52	119

Fonte SEADE - 1993

Quadro III
Informações Sócio-Econômicas Municipal

Iguape	1991	1993	1994	1995
População	27.812	26.153	26.875	25.872
Dens. Demográfica hab/km ²	14,1	13,3	13,6	13,1
Taxa de Cresc. Popul. Anual	1,6	-----	-----	- 1,5
Valor Adicionado/ICMS (R\$1.000,00)	13.285	9.784	10.975	10.555
Valor Adicionado per capita ((R\$)	477	374	408	407
Índice de Participação - ICMS	0,05	0,05	0,05	0,06
Receita Municipal Própria (R\$1000,00)	-----	1.208	506	1997
Receita Municipal per capita (R\$)	-----	46	18	77

Fonte: SEADE 91/93 e Secretaria da Fazenda do Estado 94/95

Notas Explicativas:

- 1) Valor Adicionado/ICMS refere-se ao período base de apuração, aplicável aos exercícios posteriores.
- 2) Índice de Participação/ICMS, refere-se ao período base de apuração, aplicável aos exercícios posteriores.
- 3) População de 1995 refere-se aos dados preliminares do senso IBGE 95/96

Quadro IV
Classificação do Município no Estado de São Paulo

Iguape	1994/95	1995/96
População	167°	177°
Valor Adicionado ICMS	381°	396°
Índice de Participação ICMS	183°	188°
Receita Tributária de Impostos	151°	113°

7 - Parâmetros utilizados na espacialização

As informações relacionadas com a ocupação do entorno da Estação Ecológica de Chauás e plotadas na carta de 1:50 0000 foram obtidas junto aos órgãos públicos de Iguape e Pariquera-Açu. As informações sobre os limites da área da estação foram obtidas através do mapa elaborado para a “Série Educação Ambiental” - Governo do Estado de São Paulo/Secretaria do Meio Ambiente.

Não foi possível obter as coordenadas exatas da estação, pois a demarcação física da mesma está em andamento. Devido ao fato de não possuir dados precisos sobre as áreas de loteamento eles foram identificadas no mapa como “propriedade particular”. No que se refere à ocupação das Terras Devolutas Estaduais os dados foram fornecidos pelo Instituto de Terras - Departamento de Regularização Fundiária. Para visualização dos possíveis vetores de pressão foi delineada no mapa a área identificada no processo de solicitação para prospecção e pesquisa de areia industrial, encaminhado ao Departamento de Proteção dos Recursos Naturais - DEPRN. Os dois sítios arqueológicos, sambaquis, foram plotados segundo informações obtidas junto à bibliografia sobre Capuava do Momuna/CNEARC.ESAT e confirmadas pelos moradores da região.



10 Ricoda da Demarcacão Técnica da S. S. de Chavaz -



322 O Pasto e Estacaol Ecológica de Chanaã ao Mundo. Bairro Baicô.



3 Rio Romuna (sem mata ciliar) - Bairro do Romuna.



11 Arruamento dos antigos Rotiamentos - Ao fundo G.C. de Chocoma

8 - Considerações finais e sugestões de linha de pesquisa emergencial.

No desenrolar das entrevistas foram levantadas algumas questões consideradas importantes para os grupos e que são enumeradas a seguir:

(i) Processo de desestruturação das formas de organização social devido ao esvaziamento populacional e ao êxodo rural; (ii) Situação fundiária não regularizada; (iii) legislação ambiental que dificulta a manutenção e a transmissão das formas tradicionais de exploração dos recursos naturais; (iv) Desmatamento e extrativismo ilegal; (v) Conflitos fundiários; (vi) Dificuldade em se obter a autorização para desmatamento e manejo junto ao DEPRN; (vii) Impossibilidade na obtenção de crédito rural; (viii) Dificuldade em provar, para fins de aposentadoria, que são agricultores; (ix) Uma população constituída de idosos e abandonada, e por último (x) Heterogeneidade cultural.

Devido à escassez de dados fundiários e sócio-econômicos da região do entorno da Estação Ecológica de Chauás uma pesquisa mais aprofundada faz-se necessária assim como a implantação de um banco de dados que caracterize melhor o perfil da região.

A meu ver é de suma importância, para o êxito de uma proposta de ação participativa, uma pesquisa sobre as formas de organização social e política dos diversos grupos locais existentes, das inúmeras associações de bairro e da União das Associações de Iguape (UAI).

Para finalizar, apresentamos algumas sugestões com o objetivo de revitalizar o processo econômico de geração de renda e emprego no município.

- Fomento das atividades econômicas compatíveis com a preservação ambiental, especialmente aquelas pertencentes ao setor de serviços, comércio e turismo.
- Programas de capacitação profissional aplicada as atividades econômicas descritas acima.
- Projeto de revitalização das receitas próprias municipais, com o objetivo de aumentar a capacidade própria de investimento e infra-estrutura, contemplando uma política municipal de incentivos fiscais à preservação do meio ambiente.

- Realização de uma análise diagnóstica das potencialidades dos recursos naturais destinados à preservação ambiental, atribuindo-se o seu real valor econômico.

9 - Referência Bibliográfica

Clavier, P; Maldonado, G. 1996 - "Capuava do Momuna, une communauté malade de ses différences". Memória de estágio para a obtenção do diploma de agronomia pela Escola Nacional Superior de Agronomia de Toulouse, França.

Diegues, A . C. 1991 - "A caxeta no Vale do Ribeira (SP): estudos sócio - econômico da população vinculada à extração e ao desdobro da caxeta". Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, NUPAUB/USP, São Paulo.

Diegues, A .C. 1994 - "O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do saco de Mamangá - Parati - Rio de Janeiro". NUPAUB/USP, São Paulo.

IBAMA/SMA. 1996 - "Regulamentação da APA Cananéia - Iguape - Peruíbe. Volume I - Caracterização; Volume II - Plano de Gestão. Unidade de Gestão/ZEE - Preliminar - São Paulo.

Marés, C. F. 1993 - "Espaços ambientais protegidos e unidades de conservação". Editora Universitária Champagne - Curitiba, Paraná.

Secretaria de Economia e Planejamento. - 1990 "Programa de Ação Comunitária Integrada do Vale do Ribeira/ Coordenadoria de Ação regional - São Paulo.

Secretaria do Meio Ambiente. 1989 - "Programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira". Série Educação Ambiental - Volumes 1 a 10, São Paulo.

Secretaria do Meio Ambiente. 1990 - "Macrozoneamento do Complexo Estuarino - Lagunar de Iguape e Cananéia. Plano de Gerenciamento Costeiro - Série Documentos, São Paulo.

Secretaria do Meio Ambiente. 1991 - "Programa de Gerenciamento Costeiro - Macrozoneamento do Complexo Estuarino - Lagunar de Iguape e Cananéia. São Paulo.

Secretaria do Meio Ambiente. 1997 - "Plano de Ação Integrada da Zona Costeira do Estado de São Paulo" Versão Preliminar, SMA/Divisão de Planejamento do Litoral, São Paulo.

Secretaria do Meio Ambiente. 1997 - "Macrozoneamento do Vale do Ribeira: proposta preliminar para discussão pública", SMA/Divisão de Planejamento do Litoral, São Paulo

Walkyria M. 1997 - "Oficina de planejamento do plano ambiental - Fase I da Estação Ecológica dos Chauás" Relatório de Consultoria - SMA/IF/KFW, Iguape, São Paulo.